

MUNDIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E CONTROLE DO PRIVILÉGIO EPISTÊMICO NA GEOGRAFIA: PODER E SEXUALIDADES NO BRASIL

JOSELI MARIA SILVA¹

MARCIO JOSÉ ORNAT²

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Este artigo tem por objetivo evidenciar alguns dos elementos que sustentam a lógica de centralidade do discurso científico anglo-americano nas redes mundiais de conhecimento, bem como destacar as mazelas da influência desta hegemonia científica nos processos de identificação das sexualidades no Brasil. Os argumentos do texto estão baseados nos princípios epistêmicos expressos na Sessão *Publishing for Non-Native Speakers of English*, que fez parte do Encontro Anual da *Association of American Geographers (AAG)* realizado em Tampa, Flórida, em abril de 2014. A organização das redes mundiais de conhecimento científico tem reforçado o lugar de enunciação anglo-americano que cria as representações de mundo que extrapolam o cenário acadêmico, atingindo também as experiências cotidianas e os movimentos sociais e políticos de travestis e transexuais brasileiras.

Palavras-chave: Mundialização do Conhecimento; Poder; Privilégio Epistêmico.

¹ Bacharel e licenciada em Geografia pela UEPG, mestre em Geografia pela (UFSC), doutora em Geografia pela UFRJ. Pós-doutorado na Universidade Complutense de Madri. Contato: joseli.genero@gmail.com.

² Bacharel e licenciado em Geografia pela UEPG, mestre em Geografia pela UEPG e doutor em Geografia pela UFRJ. Contato: geogenero@gmail.com.

THE GLOBALIZATION OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE AND THE CONTROL OF EPISTEMIC PRIVILEGE IN GEOGRAPHY: POWER AND SEXUALITIES IN BRAZIL

Abstract: This article aims to highlight some of the elements that support the central logic of Anglo-American scientific discourse in the global networks of knowledge, as well as emphasize the problems of the influence of this scientific hegemony on the identification of sexualities in Brazil. The article's arguments are based on the epistemic principles expressed in 'Publishing for Non-Native Speakers of English Session', which was part of the Annual Meeting of the Association of American Geographers (AAG) in Tampa, Florida, in April 2014. The organization of global networks of scientific knowledge has enhanced Anglo-American's place of enunciation that creates representations of the world that go beyond the academic world, reaching also into the everyday experiences and the social and political movements of Brazilian 'travestis' and transsexuals.

Keywords: Globalization of Knowledge; Power; Epistemic Privilege.

Introdução

Pensar sobre a produção do conhecimento, a forma como o fruto de nosso trabalho é distribuído, e refletir a respeito da responsabilidade que temos na produção da realidade humana é tarefa de todos nós pesquisadores. A crescente mundialização do conhecimento, bem como os processos de produção e qualificação científica foram dos temas discutidos no Encontro Anual da *Association of American Geographers (AAG)* realizado em Tampa, Flórida, em abril de 2014, do qual participei. Entrar pela primeira vez nos EUA e participar do referido evento me lembrou a personagem Alice³ no livro *Alice no país das maravilhas*, explorando um mundo desconhecido e, ao mesmo tempo, desafiador e instigante. Entre percepções já conhecidas e fortes estranhamentos culturais e científicos, participei como painelistas da sessão *Publishing for Non-Native Speakers of English*, organizada em duas etapas por Mei-Po Kwan e Eric S. Sheppard. Essa experiência foi compartilhada com colegas do Brasil e da América Latina a partir de uma filmagem disponibilizada na internet.⁴ Um dos companheiros da discussão divide comigo a autoria deste texto e a organização dos argumentos que constituem seu fio condutor.

Os organizadores da referida sessão da AAG abriram certamente um importante e urgente debate em torno da intensificação da mundialização do conhecimento geográfico e das formas como esse processo está sendo configurado. Uma das razões para a organização dessa discussão, segundo um dos painelistas⁵, é o

³ Personagem do livro de Lewis Carroll *Alice's Adventures in Wonderland*, lançado em 1865.

⁴ As duas sessões estão disponíveis no site YouTube. Sessão I: <https://www.youtube.com/watch?v=1dvtv1COPX4>; e sessão II: <https://www.youtube.com/watch?v=DbBSVFok8G8>. O vídeo foi disponibilizado pela *Association of American Geographers (AAG)* em 30/05/2014.

⁵ Referimo-nos à fala de Barney Warf (University of Kansas) proferida na Sessão I, *Publishing for*

crescimento do número de submissões de artigos científicos por parte de autores não anglófonos (notadamente chineses, franceses e espanhóis⁶), com altas taxas de insucesso desses pesquisadores em suas tentativas de publicar artigos científicos em periódicos de língua inglesa.

Um olhar atento às falas e aos locais de procedência dos debatedores que participaram destas sessões⁷ evidencia as tensões entre as diferentes subjetividades que permeiam as concepções de saber científico e as relações de poder em torno da distribuição e do controle do privilégio epistêmico. O privilégio epistêmico anglo-americano não atinge apenas o mundo científico e silencia discursos acadêmicos procedentes das periferias. As verdades hegemônicas que resultam das relações de poder entre cientistas têm enorme alcance no cotidiano das pessoas em um mundo globalizado.

Assim, este artigo tem por objetivo evidenciar alguns dos elementos que sustentam a lógica de centralidade do discurso científico anglo-americano nas redes mundiais de conhecimento, bem como destacar as mazelas da influência desta hegemonia científica nos processos de identificação das sexualidades no Brasil. Na primeira parte do texto, faremos uma reflexão sobre a necessidade de diálogo internacional entre pesquisadores a partir de um balanço entre o pensamento *decolonial* latino-americano⁸ (DUSSEL, 1995; 1996 [1975]; LANDER, 2000; MIGNOLO, 2000; 2003a; 2003b; QUIJANO, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2005)

Non-Native Speakers of English, AAG, 2014.

⁶ A América Latina não foi citada em nenhum momento do debate como uma preocupação inclusiva por parte de editores de periódicos anglófonos.

⁷ Os debatedores da Sessão I foram: Helga Leitner (University of California); Bing Xu (Tsinghua. U. China); Weidong Liu (Chinese Academy of Sciences); Pdraig Carmody (Trinity College Dublin); Barney Warf (University of Kansas); Richard Wright (Dartmouth College); e Mark Fonstad (University of Oregon). Os debatedores da Sessão II foram: György Csomós (University of Debrecen); Annelies Zoomers (Utrecht University); Canfei He (Peking University); Henry Yeung (National University of Singapore); Bruce Braun (University of Minnesota, Minneapolis); Kent Mathewson (Louisiana State University); e Joseli Maria Silva (Ponta Grossa State University, Brazil).

⁸ O pensamento *decolonial* foi concebido pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), formado por intelectuais latino-americanos que, no final dos anos 1990, estavam vivendo nos EUA. O pensamento *decolonial* latino-americano teve em seu início uma forte aproximação com os estudos pós-coloniais e subalternos (BHABHA, 1990; SAID, 1978; SPIVAK, 1988). Contudo, o M/C construiu um caminho independente no sentido de constituir um movimento epistemológico de crítica das ciências sociais na América Latina no século XXI, propondo a noção de *giro decolonial*. Apesar de algumas afinidades, a diferença entre a perspectiva *pós-colonial* e a *decolonial* se estabelece porque as teorias pós-coloniais têm seu lugar próprio de enunciação, ligado ao Império Britânico, de modo que é necessário buscar a crítica ao ocidentalismo a partir da América Latina (CASTRO-GÓMEZ & MENDIETA, 1998). Finalmente, a utilização do termo *decolonização* ao invés de *descolonização* diz respeito a uma identidade do Grupo M/C. A retirada da letra 's' marca uma distinção entre o projeto decolonial do referido grupo e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional, durante o período da Guerra Fria (MIGNOLO, 2010).

e os princípios epistêmicos expressos na AAG, Sessão *Publishing for Non-Native Speakers of English*. Na segunda parte, evidenciaremos que a geopolítica do conhecimento não afeta apenas o seletor mundo acadêmico, porque atinge as experiências cotidianas e os movimentos sociais e políticos de travestis e transsexuais brasileiras.

Encontros, diferenças e geopolítica do conhecimento

Como várias feministas negras já apontaram, uma experiência pessoal pode conter um forte fundamento para a produção de um conhecimento peculiar (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1998; COLLINS, 2000; DAVIS, 1998; HOOKS, 1982, 1989; SPIVAK, 1988). Assim, a experiência de participar, como brasileira e latino-americana, da sessão *Publishing for Non-Native Speakers of English* na AAG certamente está reconfigurada pela minha memória e minhas emoções, mas ela é tão legítima como outras tantas diferentes experiências que podem ter sido constituídas a partir deste mesmo episódio (GUPTA & FERGUSON, 1997).

Os encontros podem produzir diferentes resultados, dependendo da ética que subjaz às ações humanas e dos projetos e interesses que estejam em pauta. Nosso primeiro contato com a Geografia anglófona se deu no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Nesse período, falar em gênero e sexualidades na Geografia brasileira era considerado uma heresia. O isolamento, a exclusão e a desqualificação de nossas pesquisas faziam parte do nosso cotidiano acadêmico (SILVA, ORNAT & CHIMIN JUNIOR, 2013). Assim, o encontro com a Geografia anglófona do gênero e das sexualidades foi justamente a condição que nos fez resistir aos confrontos com a Geografia hegemônica brasileira e persistir na luta para tornar as sexualidades um tema legítimo no Brasil e na América Latina.

Podemos lembrar até hoje a emoção e a sensação de acolhimento e conforto que sentimos ao ler os primeiros textos anglófonos sobre Geografia, gênero e sexualidades.⁹ Esses textos não eram facilmente acessíveis no Brasil à época¹⁰, ainda

⁹ Vários autores anglófonos que talvez nem saibam de nossa existência foram fundamentais em nossas vidas, carreiras acadêmicas e militância política em temas feministas e LGBT no Brasil. Ainda hoje, nos emocionamos com Janice Monk, Jon Binnie, David Bell e Gil Valentine. Talvez nem mesmo eles tenham a dimensão do alcance das ideias que expressaram em seus artigos e do quanto esses escritos foram, durante muito tempo, nosso único respaldo para enfrentar o sexismo e a homofobia do meio acadêmico geográfico latino-americano e brasileiro.

¹⁰ O acesso à bibliografia estrangeira foi sendo propagado paulatinamente no Brasil apenas nos anos 2000, a partir do processo de popularização da internet, no final dos anos 90. Foi apenas em 1995 que os Ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia criaram, mediante portaria, a figura do

assim, criávamos estratégias para acessar esta literatura, comprando livros usados para baratear o custo em dólares e fazendo fotocópias de artigos de revistas científicas disponíveis apenas na forma impressa nas bibliotecas dos grandes centros da Geografia brasileira.¹¹

Expressar nossa produção científica a respeito da relação entre espaço, gênero e sexualidades no Brasil logo se mostrou uma difícil tarefa. Foram várias tentativas, e os fracassos eram corriqueiros. As justificativas para não publicar nossos artigos podem ser organizadas em dois tipos de argumentos: o da inadequação temática, já que gênero e sexualidades não eram considerados temas geográficos por parte da Geografia hegemônica no Brasil; e o da inadequação moral, porque o conteúdo das falas dos sujeitos abordados em nossas pesquisas era entendido como inapropriado, do ponto de vista moral, ao discurso científico.

Impossibilitados de publicar nossas ideias no âmbito da Geografia brasileira, iniciamos uma tentativa de aproximação com os periódicos anglófonos, desta vez não apenas para ler sobre geografia e sexualidades produzidas no mundo anglo-saxão, mas para falar de nossos lugares e saberes, como também para estabelecer trocas científicas, buscando, assim, uma relação de reciprocidade.

A ideia parecia perfeita. Afinal, a produção científica anglófona evidenciava uma legitimação da temática de gênero e sexualidades. Além disso, tendo em vista que já havíamos lido muito sobre o conceito de conhecimento situado, pensávamos que certamente os editores levariam em conta nossa posição espacial, temporal, social e econômica (HARAWAY, 1991).

Todavia, a maioria das submissões que fizemos a periódicos anglófonos¹² também foi frustrada, desta vez por razões diferentes, já que, nesta esfera, a temática de gênero e sexualidades não constituía mais um problema. Agora, a rejeição de nossos artigos se sustentava em dois argumentos: inadequações na expressão verbal em língua inglesa e defasagem conceitual em relação às últimas discussões disponíveis naqueles veículos.

Refletindo geograficamente a respeito de nossa existência como pesquisadores brasileiros das Geografias das Sexualidades, pudemos perceber que as

provedor de acesso privado à internet, liberando a operação comercial no Brasil. Além disso, durante os anos 1990 consolidou-se o processo de redemocratização na sociedade brasileira (a Ditadura Militar durou de 1964 até 1985), o que permitiu maior expressão por parte de movimentos populares, inclusive da Comunidade LGBT, facilitando, assim, a disseminação dos debates em torno das sexualidades.

¹¹ A disponibilidade de textos digitais era mínima até meados da primeira década dos anos 2000, e a biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) era a única que dispunha, ainda em papel, periódicos anglófonos. Esta biblioteca fica a doze horas de viagem de ônibus a partir de nossa cidade.

¹² Fizemos cinco tentativas e obtivemos uma aprovação, na *Gender Place and Culture*. O papel de Lynda Johnston como uma das editoras deste periódico foi fundamental nesse processo, já que tivemos um diálogo amplo e aberto com ela, marcado por respeito e solidariedade.

interseccionalidades¹³ envolvendo nacionalidade, campo temático de pesquisa e espaço nos colocavam, por diferentes motivos, em uma posição de difícil acesso a locais de enunciação para nossas investigações. Enfim, sentimos que não havia lugar para onde ir e, assim, criamos caminhos próprios de luta por espaços de enunciação.¹⁴

O relato anterior acerca do nosso encontro com a Geografia anglófona é fundamental para a análise de nossa participação na AAG. Outras críticas sobre as relações de poder e a hegemonia da produção anglófona já foram realizadas, de forma contundente, por vários pesquisadores, como Aabers (2004), Aalbers e Rossi (2006), Berg (2012a; 2012b), Best (2009), Browne (2014), García-Ramón (2003), García-Ramón, Simonsen e Vaiou (2006), Fall e Rosière (2008), Kitchin (2005), Kitchin e Fuller (2003), Minca (2000; 2003), Paasi (2005), Rodríguez-Pose (2006), Vaiou (2003), Whitehand (2005). Tal expressão crítica significa que está em curso um tensionamento em torno do poder enunciativo anglo-americano.

Assim, a organização da sessão *Publishing for Non-Native Speakers of English* na AAG foi uma importante iniciativa de diálogo sobre a produção científica, que deve ser repetida e incentivada. Os encontros podem potencializar a construção de uma comunicação intercultural de cientistas de várias partes do mundo e construir intercâmbios de experiências, além de caminhos que podem ser concebidos como intepistêmicos (DUSSEL, 1995; PORTO-GONÇALVES, 2005; WALSH, 2007; CASTRO-GÓMEZ, 2007).

Entretanto, para nós, latinos pesquisadores das sexualidades, esse encontro forjou a consciência de que a racionalidade que impera nos processos editoriais de circulação do conhecimento tem reforçado o lugar geográfico da enunciação epistemológica anglo-americana. Esta racionalidade, por meio da dominação econômica e tecnológica, cria pretensamente uma posição de universalidade, pela prática de um provincianismo que nada mais é do que a expressão de uma perspectiva epistêmica limitada e autocentrada. Sendo, assim, incapaz de perceber que em um mundo globalizado há uma simultaneidade de histórias locais de produção do conhecimento (MIGNOLO, 2000).

Além dos conselhos técnicos sobre “como publicar em um periódico anglo-

¹³ Utilizamos a ideia de *interseccionalidade* tal como proposta por Brown (2012), Crenshaw (1991), McCall (2005), Platero (2012), Rodó-de-Zárate (2013) e Valentine (2007).

¹⁴ Em 2009, fundamos a *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero* e também demos início à publicação de livros por uma série que intitulamos *Geografias Feministas*. A revista é totalmente gratuita para os autores e leitores (sob Licença Creative Commons). Os dois projetos são mantidos por trabalho voluntário dos filiados à *Rede Latino-Americana de Geografia, Gênero e Sexualidades*, e os recursos econômicos provêm de doações mensais. Em 2013, fundimos a *Rede Latino-Americana* com parceiros de Portugal e Espanha, constituindo, assim, a *Rede Ibero-Latino-Americana de Geografia, Gênero e Sexualidades*.

americano” para uma audiência marcadamente não anglófona, três pontos foram destacados pelos debatedores que tinham experiência como editores de periódicos, a saber: 1) Razões do pesquisador não anglófono para publicar em um periódico anglófono; 2) A importância da tradição teórica a ser tomada como referência; 3) Os limites de expressão na língua inglesa a serem superados. Os debatedores fizeram inicialmente uma apresentação de si mesmos. Aquele que mais se destacou (considerando as autoapresentações) pelo tempo de experiência como editor de periódicos científicos anglófonos, bem como pelo seu engajamento em um número expressivo deles, foi Henry Yeung¹⁵. Pelo sucesso de sua atuação editorial, é possível argumentar que suas ideias correspondem aos interesses do processo editorial anglo-americano.

Na visão hegemônica da produção científica, as razões que devem impulsionar pesquisadores não anglófonos a submeter seus artigos científicos aos processos editoriais de periódicos anglo-americanos devem estar estritamente ligadas a interesses científicos e guiadas pela procura do diálogo com determinada comunidade de pesquisadores, no caso, anglófonos, a partir da tradição epistemológica que lhes dá sustentação. Henry Yeung diz que:

Então se você quer publicar nesta revista, que não seja pelo SIF. Por favor! *Scientific Impact Factor!* Por favor! Não envie os artigos a revistas porque tenham um alto SIF ou baixo SIF. Você quer enviar os artigos porque você quer falar com as pessoas que lêem e publicam nessa revista (...). Como fazer uma conexão entre eles? Agora isto tem a ver com a forma como você situa o seu artigo. Seja o que for que escreva, a primeira pergunta que necessita fazer a si mesmo é: com que tipo de literatura quero discutir? (...). O motivo principal pela razão que escrevemos um artigo é para avançar o conhecimento e não para conseguir uma ascensão (...). Assim, o que eu quero lhes dizer é que vocês têm que basear seu artigo em algum tipo de literatura de algum modo.

¹⁵ O painalista da sessão, Henri Yeung, argumenta o seguinte para credenciá-lo à discussão: “Eu tenho sido editor, eu sou co-editor da *Economic Geography* e da *Environment Planning* desde 2001, então são 12, 13 anos. (...) Eu também edito o *Review of International Political Economy* que é um periódico de ciência política entre 2005 e 2013, são 8 anos lá. (...) Assim, eu tenho larga experiência em lidar com esse assunto. (...) Eu sou também do conselho editorial de 20 periódicos. Então eu estou em 23 ou 24 periódicos” (*Publishing for Non-Native Speakers of English*, Session II. YouTube, video adicionado pela *Association of American Geographers* [Online]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DbBSVFok8G8>. Acessado em 30 maio 2014. Trecho de fala entre 0.33.41 e 0.35.28s, [tradução nossa]). Transcrição original: “I’ve been editing, I’m a co-editor of *Economic Geography* and *Environment Planning A* since 2001, so 12, 13 years. (...) I also edit a *Review of International Political Economy*, which is a political science journal, between 2005 and 2013, 8 years there. (...) So I have long experience in dealing with this matter. (...) I am an editor board of another 20 journals. So I’m in 23 or 24 journals”.

Não pode ser a literatura em língua nativa. Porque se é literatura em uma língua nativa, deve enviar o artigo às revistas em língua nativa como em chinês, francês, italiana e seja o que for. Compreendeu? Se quer publicar nesta revista, em inglês, tem que conectar seu artigo com esta literatura.¹⁶

A manutenção da ingenuidade de que haja uma produção científica, um sistema educacional superior e, por consequência, um ofício de docente/cientista fora de uma cultura dominada pela lógica liberal capitalista é uma sutil e fundamental ideologia que serve de instrumento para a manutenção da ordem do poder de um determinado sistema cultural e econômico, como argumenta Enrique Dussel (1996 [1975]) em sua obra *Filosofia da Libertação*. A propagação dessa ingenuidade perversa (a de que o objetivo último do cientista é apenas fazer “avançar o conhecimento”) está a serviço de razões não científicas, mas economicamente e geopoliticamente marcadas (MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2000).

A razão de os pesquisadores se sentirem pressionados a buscar os periódicos anglófonos como meio de circulação de seu produto científico (artigos) é o fato de que tais veículos agregam valor a esta mercadoria em um contexto de mundialização do domínio dos canais de produção e difusão do saber por interesses privados. É esta dinâmica de poder que tem reforçado o lugar da enunciação científica anglófona, mascarada pela nobre racionalidade científica do “avanço epistemológico”. É ainda esta dinâmica que faz com que uma epistemologia regional (anglo-americana) se coloque como “o referente conceitual” a partir do qual os pesquisadores das demais regiões devem partir para fazer com que o “conhecimento avance”.¹⁷

¹⁶ So you want to publish in that Journal not because of the SIF. Please! Scientific Impact Factor! Please! Don't send them to journals because it's high SIF or low SIF, for that matter. You want to send it because you want to speak to the people who read and publish in that journal. (...) How do they do a connection? Now this is about how to frame the article? Whatever it is you are writing about, the first thing you should ask yourself is: What kind of literature I want to connect to? (...) the ultimate motive of this article that we want to write is to advance knowledge, it's not to get promoted (...) Now, the point I wanna read to you is that you got to ground your paper into some kind of literature in a way it can't be your native language literature. If this is native language literature, you should send it to native language journals, in Chinese, in French, in Italian, in what have you, you get a point? If you wanna publish in this journal in English, you got to connect to this literature. (*Publishing for Non-Native Speakers of English*, Session II. YouTube, vídeo adicionado pela *Association of American Geographers* [Online]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DbBSVFok8>. Acessado em: 30 maio 2014. Trecho de fala entre 0.39.22 e 0.40.31s, [tradução nossa]).

¹⁷ Grosfoguel (2007, p. 64) argumenta que, tal qual o dualismo, o solipsismo sustenta o mito do sujeito da verdade universal que se confirma a si mesmo como tal. Trata-se da egopolítica do conhecimento, na qual “o sujeito epistêmico não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade, língua, nem localização epistêmica em nenhuma relação de poder, e produz a verdade desde um monólogo interior consigo mesmo, sem relação com ninguém fora de si. Isto é, trata-se de uma filosofia surda, sem rosto e sem força de gravidade. O sujeito sem rosto flutua pelos céus sem ser determinado por

A ideia de que as comunidades científicas que se utilizam de “literaturas nativas” devem procurar escrever apenas os periódicos de língua “nativa”, como argumentou Henry Yeung no trecho transcrito acima, é uma posição parcial, cuja ignorância cega de quem tem o privilégio de habitar o lugar central desvincula o contexto atual de mundialização do conhecimento da base econômica e política que lhe é inerente. A tentativa de simplificação do mundo acadêmico, expressa na fala de Yeung, esconde o lado obscuro da subordinação cultural/científica e a colonialidade do saber (QUIJANO, 2000).

As condições materiais marcam e inscrevem cada pesquisador em uma posição nas redes de produção e circulação do conhecimento. Entretanto, a relação entre o privilégio econômico e o epistêmico deve ser ocultada (BHASKARAN, 2004) para que se mantenha a ilusão de que é apenas a capacidade intelectual e analítica que determina o acesso aos locais mais valorizados de enunciação científica. A suposição de que todos os cientistas partem de uma mesma condição material e de que o acesso ao produto científico capturado pelo mercado privado é livre e depende da boa vontade do pesquisador também é uma estratégia fundamental para promover o silenciamento e a exclusão:

Assim, por favor, se informe sobre a revista. Como conseguir a informação? Leia três artigos recentes (...). Sei que há o problema do acesso às revistas, que tem a ver com as editoras (nome de empresas editoras). Mas essas são questões diferentes. Eu não vou entrar no tema de como fazer com que as revistas sejam mais acessíveis, ou o porquê. Este é outro assunto. Eu não posso tratá-lo aqui. Presumindo que as revistas são suficientemente acessíveis, você deve ler os artigos, porque se você não os ler, não há nenhum motivo pelo qual deve publicar nesta revista. Está certo?¹⁸

A exclusão do acesso aos produtos científicos produzidos pelo mundo anglo-americano não é o único limite a ser superado para podermos imaginar formas alternativas de produção e circulação de conhecimento. Não se trata de uma simples

nada nem por ninguém”.

¹⁸ So, please, know your journal. How do you know? Read three recent articles (...) I understand there's access issue. A long understanding to do with publishers [name of publishers]... So, about this matter, but they are separate matters. I don't think I can address you about how to make journals more accessible or why. That is a separate matter, I can't do it here. Assuming it's accessible enough, you really have to read the stuff, because if you don't read it, there's no reason you should publish in that journal, all right? (*Publishing for Non-Native Speakers of English*, Session II. YouTube, video adicionado pela *Association of American Geographers* [Online]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DbBSVFok8G8>. Acessado em: 30 maio 2014. Trecho de fala entre 0.38.36 e 0.39.19s, [tradução nossa])

reivindicação de inclusão no processo editorial de produção científica por parte dos “condenados da ciência”¹⁹, sujeitos produtores de conhecimento que sequer são considerados na geopolítica do conhecimento. Isso porque a inclusão pode significar simplesmente uma nova forma de assimilação de uma cultura científica hegemônica anglo-americana, que irá, certamente, manter o controle da enunciação²⁰ (MIGNOLO, 2000).

O controle da linguagem²¹ hegemonicamente anglófona encobre as diferentes formas de colonização do ser epistemológico, as quais, na opinião de Cohn (1996), não podem ser reduzidas a uma questão pessoal. O domínio da língua inglesa é um privilégio ocultado para a manutenção da geopolítica do conhecimento. Mignolo (2003a) argumenta que a ciência

não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos ‘culturais’ em que as pessoas encontram a sua ‘identidade’; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser (MIGNOLO, 2003a, p. 669).

A colonização do sujeito cognoscente aparece como algo dado, ou como um destino comum ao qual todos devem se adaptar (LANDER, 2000). Pesquisadores convivem de forma naturalizada com a apropriação privada do fruto do seu trabalho intelectual e com a organização das redes mundializadas de circulação do conhecimento científico pela lógica liberal. Docentes que, mesmo desenvolvendo um conteúdo disciplinar crítico e comprometido com a justiça social, colocam seu saber a serviço de educar estritamente pessoas cuja condição de renda permite o acesso às instituições de ensino superior.

Quijano (2000) considera que o conhecimento é um instrumento imperial da colonização²² e, justamente por isso, uma das tarefas urgentes que precisam ser

¹⁹ Fazemos uma analogia com *Os condenados da terra*, de Fanon (1968).

²⁰ Mignolo (2010) propõe, como alternativa às formas hegemônicas de conhecimento científico, a *epistemologia fronteira*. Ele questiona o caminho que pode fazer uma pessoa cuja língua materna não é uma língua privilegiada e que não teve a oportunidade de ter acesso a determinadas instituições educacionais privilegiadas. Segundo ele, ou a pessoa aceita a sua inferioridade, ou faz um esforço para demonstrar que tem um valor humano igual ao daquele que a classifica como sendo de segunda categoria. Em ambos os casos, trata-se de aceitar a humilhação de ser inferior a quem a classifica. Assim, conclui ele, a assimilação significa a aceitação da inferioridade e a resignação de jogar um jogo que não é seu, mas que lhe foi imposto.

²¹ Uma importante afirmação crítica sobre a relação entre linguagem e epistemologia pode ser encontrada em Fanon (1967 [1952]), *Black Skin, White Masks*.

²² Aníbal Quijano (2000) afirma que, embora o colonialismo seja um processo histórico acabado, isso

enfrentadas é a descolonização do saber e, por consequência, a do ser cognoscente. A ideia da *colonialidade* do poder, formulada pelo referido autor, considera que a matriz colonial de poder é uma estrutura complexa de eixos entrelaçados que envolve o controle da economia, da autoridade, do poder, da natureza, do gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser. Além disso, conforme Mignolo (2003b), a colonialidade é o lado obscuro, necessário e indissociável da modernidade.

A alternativa *decolonial* (a descolonização do ser, do saber, da teoria, da política e da economia) começa no momento em que as pessoas que habitam línguas e subjetividades racializadas, ou até mesmo negadas em sua humanidade, tomam consciência dos efeitos da colonialidade do ser e do saber (MIGNOLO, 2000; 2009). Nesse sentido, se a colonização do saber e do ser operou de forma brutal de cima para baixo, o processo decolonial do ser e do saber depende do movimento de baixo para cima, considerando organizações sociais que lutem contra o controle colonial.

Na seção seguinte evidenciaremos a forma pela qual o conhecimento científico, produzido a partir de uma perspectiva geopolítica, extrapola a esfera da academia e atinge o cotidiano de grupos sociais que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, como é o caso das travestis no Brasil.

Desobediência epistêmica: uma necessidade para a visibilidade de travesti no Brasil

A discussão da seção anterior evidenciou que o mundo científico globalizado, norteado pela lógica neoliberal, tem dificultado a expressão de cientistas que estão fora das redes de domínio editorial hegemonicamente anglófonas e que não se ajustam às regras criadas e mantidas por aqueles que habitam os lugares centrais de produção do saber. A perspectiva decolonial insiste na ideia de que a colonialidade sobrevive por meio de várias dimensões interdependentes, quais sejam, a do poder, a do saber e a do ser. Sendo assim, as dinâmicas da produção científica não afetam unicamente cientistas, mas também o cotidiano de vários outros grupos que fazem parte da realidade social. Assim, a fim de incrementar essa reflexão, trazemos para a discussão as tensões em torno das lutas dos sujeitos que se autoidentificam travestis para que esta nomenclatura expresse sua existência e a conquista de seus direitos sociais.

Nos dicionários de língua portuguesa, a definição da palavra *travesti* é “disfarce

não significou o fim da colonialidade, que, para ele, compõe formas de organização do mundo que permanecem arraigadas na racionalidade da sociedade contemporânea.

sob o traje de outro sexo”. Há muito tempo, tal definição tem sido objeto de discussão nos Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra AIDS (ENTLAIDS). As travestis alegam que elas vivenciam o mundo a partir do gênero feminino e que não se “disfarçam” de mulheres. Sua luta, porém, não foi suficiente para as transformações do significado da palavra travesti e os dicionários mantêm a definição contra a qual elas resistem.

Outra expressão à qual as travestis brasileiras se opõem é *transgênero*, que foi introduzida pelos estudos acadêmicos que se utilizam da bibliografia inglesa. Algumas travestis costumam fazer piadas em torno do termo *transgênero*, criando um trocadilho com o termo similar *transgênico*, elas dizem: “Eu não sou soja para ser transgênica, sou travesti!”.

Uma das discussões da qual participamos em torno das definições que pudessem contemplar a existência das travestis aconteceu em 2008, com base na versão traduzida para o português do livro de Don Kulick *Travesti: sex, gender and culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*, publicado originalmente em inglês em 1998. Dez anos depois que Don Kulick utilizou o termo *transgender* como sinônimo de *travesti*, estavam reunidas algumas travestis brasileiras em torno de seu livro, fazendo as piadas sobre sua similaridade com a 'soja transgênica'.

A pesquisa de Don Kulick trouxe algumas contribuições importantes para sustentar a ideia de que a *travesti* constitui uma identidade própria do contexto cultural brasileiro. Contudo, quando o autor expressa suas ideias sobre as identidades das travestis brasileiras acaba por simplificar sua existência, desconsiderando a possibilidade de que o universo travesti pode configurar inúmeras outras composições entre sexo, gênero e desejo. O autor argumenta que,

A todo instante, é a penetração que dá a chave de explicação e definição das identidades travestis. A penetração constitui a moldura interpretativa da qual elas se valem para estar e agir no mundo, e para compreender o estado e a ação do outro. (...). Assim, a diferença relevante em um sistema desse tipo não é entre ‘homens’ e ‘mulheres’, a diferença relevante é entre ‘comer’ (penetrar) e ‘dar’ (ser penetrado); é entre quem come e quem dá, em um sistema em que o ato de ser penetrado tem poder transformativo (KULICK, 1998, p. 229, [tradução nossa]).²³

²³ At every turn, penetration provides explanations and defines identities for travestis. It constitutes the interpretive framework that they draw on in order to be and to act, and in order to understand the being and the actions of others. (...) The salient difference in such a system, however, is not between "men" and "women". It is between those who penetrate (comer, "eat") and those who get penetrated (dar, "give"), in a system where the act of being penetrated has transformative force (KULICK, 1998, p. 229).

Essa parte do livro acabou gerando polêmicas, notadamente entre aquelas que não se sentiram contempladas no modelo de Don Kulick. Diamante²⁴ expressa sua indignação com as seguintes palavras:

Mas como? Eu passei uma vida inteira para saber que eu sou uma travesti. E agora vem esse tal de... Como é mesmo o nome dele? Sei lá! Vem dizer que eu não sou o que eu penso que eu sou? Eu vou falar com ele, porque eu sou sim uma travesti e como eu faço pra falar isso para ele?

Embora haja um código moral entre as travestis, que organiza os gêneros baseados na penetração, as identidades travestis extrapolam esta organização binária e oposicional. Apesar desse código ser válido na atividade de prostituição, a convivência com as travestis evidencia que elas constituem configurações muito mais ricas e diversas do que as propostas simplistas de Kulick (1998). Há conjugalidades entre travestis, entre as travestis e mulheres, e entre travestis e homens, cujas práticas sexuais têm sido plurais e ultrapassado a barreira do binarismo de penetrar/ser penetrada(o).

Além de resistir às semânticas e às caracterizações que foram construídas para as travestis no mundo erudito, elas têm tido vários enfrentamentos dentro do próprio movimento LGBT nos últimos anos. Ouvimos algumas falas como “antes eu achava que eu era travesti, mas agora eu acho que sou transexual”. Essas afirmações só passaram a ser possíveis quando a ideia de *transexualidade*²⁵ passou a ser acessível à realidade das travestis brasileiras. Nos últimos anos, além de algumas pessoas que no passado se autoidentificavam como travestis passarem a ser identificadas como transexuais, há ainda o crescimento de transexuais jovens no movimento político.

Os processos de identificação são relacionais e situados espaço-temporalmente. A disseminação da discussão na sociedade brasileira sobre a transexualidade e o acesso às técnicas médicas têm despertado outras subjetividades que afetam as tensões em torno das relações entre travestis e transexuais²⁶.

No *Encontro Nacional de Travestis e Transexuais* que atuam na Luta contra AIDS (ENTLAIDS), ocorrido no Brasil em setembro de 2013, uma nova polêmica em torno do termo *travesti* foi deflagrada. O grupo de transexuais propôs a supressão da palavra *travesti* do dicionário da língua portuguesa, já que era um consenso entre

²⁴ Nome fictício.

²⁵ Em 1997, o Conselho Federal de Medicina no Brasil regulamentou as cirurgias experimentais de mudança de sexo apenas em hospitais universitários. Em 2008, o governo brasileiro oficializou as cirurgias de redesignação sexual, que passaram a ser realizadas pelo Sistema Único de Saúde. A transexualidade é catalogada no Cadastro Internacional de Doenças (CID) como uma doença para a qual a única profilaxia é a cirurgia de mudança de sexo.

²⁶ Quase todas as transexuais que participaram do ENTLAIDS, em 2013, são femininas.

elas que a palavra não expressava a vivência do grupo de travestis. Além disso, sugeriram que a existência das travestis poderia ser expressa, conforme a definição do dicionário, pela palavra *transexual*.²⁷

As travestis rejeitaram as propostas. Levantando alguns argumentos, alegaram que as transexuais queriam “higienizar” a existência das travestis. Isso porque o termo travesti está associado à prostituição, pobreza e desvio moral. As travestis alegaram, ainda, que pelo fato da transexualidade ser considerada uma doença na sociedade brasileira, é mais fácil ser aceita socialmente como uma transexual do que como uma travesti. A condição de “doente” coloca a transexual na posição de vítima e constitui a oportunidade da “cura”, enquanto a travesti permanece sendo considerada uma degenerada. Rubi,²⁸ dirigindo-se às transexuais, diz o seguinte:

Todas vocês esqueceram que quando o movimento LGBT nasceu no Brasil, enquanto gays ficavam protegidos em suas casas, eram as travestis que eram espancadas nas ruas por policiais e clientes. Vocês esqueceram que foram as travestis que brigaram por cidadania no Brasil. Esqueceram que nós demos literalmente a nossa 'cara a tapa'. Levei muita pancada na minha vida enquanto travesti, e nunca quis me esconder atrás de um termo, como vocês querem se esconder. (...). Se apagarmos a palavra travesti do dicionário, apagaremos a nossa história. O que temos que fazer é alterar o seu significado, que não condiz com as travestis. Não sou uma transexual! Sou uma travesti! Nunca vou fazer uma redesignação de sexo! Isso aqui morre comigo! [realizando um gesto para evidenciar seu pênis]

As travestis tiveram um forte protagonismo nas lutas pelos direitos sexuais no Brasil, chegando até mesmo a conseguirem colocar um “T” a mais na sigla LGBT, que passou a ser LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Mesmo assim, pela contundente transgressão que elas realizam à ordem heteronormativa estabelecida, permanecem silenciadas. O conhecimento científico, moldado pela hegemonia conceitual anglo-americana, é parte fundamental na manutenção da condição de inferioridade imposta às travestis, pois tal condição sustenta a negação de sua condição como agente epistêmico. A desobediência epistêmica é o caminho possível para constituir um projeto *decolonial* do conhecimento, em que a

²⁷ Segundo o grupo que fez a proposta, a definição de transexual a partir do dicionário é: a pessoa (geralmente homem) que deseja pertencer ao sexo oposto, passando mesmo a adotar os trajes do outro sexo ou a se submeter à cirurgia visando uma transformação sexual. Assim, a única diferença entre travestis e transexuais era em relação à genitália. Segundo o debate, as travestis conviviam bem com o pênis, sendo que as transexuais tinham repulsa a ele.

²⁸ Nome fictício.

pluriversalidade supere a violência da *universalidade* do saber.

Considerações Finais

O artigo evidenciou os elementos que sustentam a lógica de centralidade do discurso científico anglo-americano nas redes mundiais de conhecimento geográfico. Tal controle se dá pela necessidade crescente da internacionalização da produção científica, pela obrigatoriedade de seguir uma mesma tradição epistemológica e pelo domínio do mercado editorial. Além da esfera do saber científico, a hegemonia anglo-americana provoca mazelas nos processos de identificação das sexualidades no Brasil, influenciando os movimentos sociais que se desenvolvem para muito além dos interesses puramente científicos.

A fim de romper o ciclo crescente da supremacia anglo-americana na produção e circulação do saber, é preciso que a produção científica construa uma perspectiva *decolonial* do saber e do ser, pois só assim será possível confrontar os princípios epistêmicos, políticos e econômicos que a sustentam. Além disso, há a necessidade urgente da construção de uma interculturalidade científica e de um projeto político e social interepistêmico, no qual muitos mundos possam coexistir a partir da lógica da reciprocidade e da cooperação.

Nesse sentido, é importante destacar que a libertação da matriz colonial do poder deve superar a ideia bipolar e oposicional entre colonizadores/colonizados. A tirania do poder colonial habita todos nós, independentemente de nossas posições de privilégio ou opressão. A tarefa de operacionalizar o projeto *decolonial* do saber e do ser é coletiva. É preciso reconhecer a geopolítica do conhecimento e acreditar na construção de alternativas para além do caminho neoliberal, as quais renovem suas práticas de criação de hierarquias sociais, econômicas e culturais. Precisamos aprender a desaprender juntos as práticas epistêmicas que ainda impedem a compreensão das palavras do 'outro' e destroem as possibilidades dos encontros cara a cara, capazes de reconhecer a diferença como um direito à igualdade.

Bibliografia

- AABERS, M. B. (2004) Creative destruction through the Anglo-American hegemony: a non-Anglo-American view ponublications, referees and language. *Area*, London, v. 36, nº 3. pp. 319–322.
- AALBERS, M. & ROSSI, U. (2006) Beyond the Anglo-American hegemony in human geography: a European perspective. *Geojournal*, Switzerland, v. 67, nº 2. pp. 137–147.

- BERG, L. (2012a) Geographies of identity I: Geography – (neo)liberalism - white supremacy. *Progress in Human Geography*, Thousand Oaks, v. 36, nº 4. pp. 508–517.
- _____. (2012b) Knowledge enclosure, accumulation by dispossession, and the academic publishing industry. *Guest editorial / Political Geography*, Melbourne, v. 31, nº 5. pp. 260–262.
- _____. (2013) Hegemonic geographies and their 'others': Towards an interlocking approach to emplacing geographical knowledges. *Dialogues in Human Geography*, Thousand Oaks, v. 3, nº 2. pp. 200–204.
- BEST, U. (2009) The invented periphery: constructing Europe in debates about 'Anglo hegemony' in geography. *Social Geography*, Frankfurt, nº 4. p. 83–91.
- BHABHA, H. (1990) *The nation and narration*. London: Routledge.
- BHASKARAN, S. (2004) *Made in India: Decolonizations, Queer Sexualities, Trans/national Projects*. New York: Palgrave Macmillan.
- BROWN, M. (2012) Gender and sexuality I: Intersectional anxieties. *Progress in Human Geography*, Thousand Oaks, v. 36, p. 4. pp. 541-550.
- BROWNE, K. (2014) Contestando o privilégio anglo-americano na produção do conhecimento em Geografias das Sexualidades e de Gênero. In: SILVA, M. das G. S. N.; SILVA, J. M. *Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial*. Ponta Grossa: Todapalavra. pp. 135 - 156.
- CARROLL, L. (1865) *Alice's Adventures in Wonderland*. London: Macmillan & Co.
- CASTRO-GÓMEZ, S. (2007) Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Ed.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores. pp. 79 – 91.
- _____; MENDIETA, E. (1998) *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa. Disponível em: <http://www.ensayistas.org/critica/teoria/castro/>. Acessado em: 15 maio 2015.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. (1982) A black feminist statement. In: HULL, G.; SCOTT, P. B.; SMITH, B. New York: The Feminist Press. pp. 2010-2018.
- COLLINS, P. H. (2000 [1990]) Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York: Routledge.
- CRENSHAW, K. W. (1991) Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Chicago, v. 43, nº 6. pp. 1241 – 1299.
- DAVIS, A. (1998) I used to be your sweet mama: ideology, sexuality and domesticity. In: DAVIS, A. *Blues legacies and black feminism*. New York: Vintage Books. pp. 3-41.
- DUSSEL, E. (1995) *The Invention of the Americas: Eclipse of 'the Other' and the*

Myth of Modernity. New York: Continuum.

_____. (1996 [1975]) *The Underside of Modernity: Apel, Ricoeur, Rorty, Taylor and the Philosophy of Liberation*. Atlantic Highlands, NJ: Humanities.

FALL, J. & S, Rosière. (2008) On the limits of dialogue between Francophone and Anglophone political geography. *Political Geography*, Melbourne, v. 27, n° 7. pp. 713-716.

FANON, F. (1967 [1952]) *Black Skin, White Masks*, trans. New York: Grove Press.

_____. (1968) *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Ulmeiro.

GARCÍA-RAMÓN, M. D. (2003) Globalization and international geography: the questions of languages and scholarly traditions. *Progress in Human Geography*, Thousand Oaks, v. 27, n° 1. pp. 1-5.

_____; SIMONSEN, K.; VAIYOU, D. (2006) Guest editorial: does anglophone hegemony permeate Gender, Place and Culture? *Gender, Place & Culture*, London v. 13, n° 1 .pp. 1-5.

GROSFUGUEL, R. (2007) Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. pp. 63-78.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. (1997) *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley: University of California Press.

HARAWAY, D. (1991) *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. London: Free Association Books.

HOOKS, bell. (1982) *Ain't I a woman: black women and feminism*. London: Pluto Press.

_____. (1989) *Talking back: thinking feminist, thinking black*. Boston: South End Press.

KITCHIN, R. (2005) Commentary: Disrupting and destabilizing Anglo-American and English-language hegemony in Geography. *Social & Cultural Geography*, London v. 6, n° 1. pp.1-15.

_____; DUNCAN, F. (2003) Making the 'black box' transparent: publishing and presenting geographic knowledge. *Area*, London, v. 35, n° 3. pp. 313 – 315.

KULICK, D. (1998) *Travesti: Sex, Gender, and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*. Chicago: The University Of Chicago Press.

LANDER, E. (2005) Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLASCO. pp. 21- 54.

MCCALL, L. (2005) The Complexity of Intersectionality. *Signs: Journal of Women, Culture and Society*, Boston, v. 30, n° 3. pp. 1771 – 1800.

- MIGNOLO, W. (2000) *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- _____. (2003a) Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SOUSA SANTOS, B. de. *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências’ revistado*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 667 - 709.
- _____. (2003b) Second Thoughts on The Darker Side of the Renaissance: Afterword to the second edition. In: MIGNOLO, W.; ARBOR, A. The University of Michigan Press. pp. 428-433.
- _____. (2009) Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. *Theory, Culture & Society*, Thousand Oaks, v. 26, n. 7-8. pp. 1 -23.
- _____. (2010) *Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- MINCA, C. (2000) Venetian geographical praxis. Guest editorial. *Environment and Planning D: Society and Space*, London, v. 18, nº 3. pp. 285 – 289.
- MINCA, C. (2003) Critical peripheries. Guest editorial. *Environment and Planning D: Society and Space*, London. v. 21, nº 2. pp. 160 – 168.
- PAASI, A. (2005) Globalisation, academic capitalism, and the uneven geographies of international journal publishing spaces. *Environment and Planning A*, London, v. 37, nº 5. pp. 769 – 789.
- PLATERO, R. (L.). (2012) *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Barcelona: Bellaterra.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2005) Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLASCO. pp. 9-15.
- QUIJANO, A. (2000) Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. *Neplanta: Views from South*, Maryland, v. 1, nº 3. pp. 533 – 580.
- RODÓ-DE-ZÁRATE, M. (2013) Developing geographies of intersectionality with Relief Maps: reflections from youth research in Manresa, Catalonia. *Gender, Place and Culture*, London, v. 20, nº 2. pp. 1-20.
- RODRIGUEZ-POSE, A. (2006) Is there an 'Anglo-American' domination in human geography? And, is it bad?. *Environment and Planning A*, London nº 38. pp. 603-610.
- SAID, E. (1978) *Orientalism*. New York: Random House.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (2013) *Geografias Malditas: corpos sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra.
- SPIVAK, G. (1988) Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. *Marxism and the interpretation of culture*. Basingstoke, UK: Macmillan Education. pp. 271- 313.
- VAIOU, D. (2003) Radical debate between local and international: a view from the periphery, *Environment Planning D*, London, v. 21, nº 2. pp. 133–137.

VALENTINE, G. (2007) Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. *The Professional Geographer*, London, v. 59, nº 1. p. 10 – 21.

WALSH, C. (2007) ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Nómadas*, Madrid, nº 26. pp. 102-113.

WHITEHAND, J. (2005) Commentary. The problem of anglophone squint. *Area*, London, v. 37, nº 2. pp. 228–230.

Data de submissão: 15/06/2015.

Data de aceite: 21/12/2015.